



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro  
CEP:38.860-000 - Arapuá/MG  
Tel.: 34 - 3856-1234



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ - MG PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2024

Por este, torna-se público que a Prefeitura Municipal de Arapuá - MG, por meio do(a) seu (sua) Agente de Contratações e Equipe de Apoio, realizará Dispensa de Licitação, pelo critério de julgamento da oferta de **menor preço**, observando o §3º do **art. 75**, na hipótese do **art. 75, inc.(I) II**, da Lei nº 14.133 de 1º/abril/2021 (licitações e contratos), e preceitos aplicáveis.

**Data da Sessão:** 19/12/2024

**Critério para Julgamento:** menor preço

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PARA EVENTO DE BAIXO RISCO, EMISSÃO DE ART, FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, EXTINTORES DE INCÊNDIO E EMPENHO DE BRIGADISTAS PROFISSIONAIS DURANTE O EVENTO REVEILLON 2025**.
- 1.2 Deve ser contratado conforme os termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE MEDIDA	QUANT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO
01	01	1. ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PARA EVENTO DE RISCO BAIXO; 2. ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA UTILIZADA, LAUDO TÉCNICO DO PALCO; 3. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO; SENDO: SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA; SAÍDAS DE	Serviço	01	R\$ 5.852,00



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



		EMERGÊNCIA; EXTINTORES DE INCÊNDIO. 4. EMPENHO DE BRIGADISTAS PROFISSIONAIS NAS DATAS 31 DEZ 2024 A 01 JAN 2025.			
--	--	---	--	--	--

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 2.1. Trata-se de contratação de empresa especializada em elaboração de anotação de responsabilidade técnica (art), execução de medidas preventivas contra incêndio e pânico e empenho de brigadistas profissionais durante réveillon 2025, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2024.
- 2.2. O Réveillon é um evento universalmente celebrado e um dos mais esperados no calendário turístico. O município de Arapuá promove a festa de virada do ano, atraindo para a cidade turistas de diferentes regiões, contribuindo assim para o aumentando do fluxo de visitantes, consolidando a cidade como um destino turístico durante o período.
- 2.3. O turismo gerado pelo Réveillon beneficia diversos setores da economia local, como hotéis, restaurantes, bares, lojas e serviços de transporte. Além disso, atividades temporárias, como feiras e ambulantes, também encontram uma oportunidade de crescimento econômico, gerando renda para a comunidade local.
- 2.4. O evento da virada do ano, funciona como uma poderosa ferramenta de marketing para o município, onde o mesmo ganha visibilidade na mídia e nas redes sociais, atraindo atenção para as belezas naturais, a cultura e os atrativos turísticos da região. Isso pode gerar interesse contínuo ao longo do ano, além do evento em si.
- 2.5. O evento de Réveillon de Arapuá, se destaca todos os anos pela organização e qualidade, sendo hoje depois de décadas uma tradição que fideliza o público.
- 2.6. Portanto, investir no evento de fim de ano “Réveillon” é uma decisão estratégica para impulsionar o turismo, fortalecer a economia e posicionar o município como um destino relevante no cenário turístico regional.
- 2.7. O preço estimado para a realização da aquisição é de R\$5.852,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e dois reais), de estando em acordo com os preços praticados no mercado e enquadrando-se nos limites e condições exigidos pelo item II do art. 75 da Lei 14.133 (Nova Lei de Licitações), conforme disposto abaixo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

(...)



# *Prefeitura Municipal de Arapuá/MG*

*Praça São João Batista, nº 111, Centro  
CEP:38.860-000 - Arapuá/MG  
Tel.: 34 - 3856-1234*



§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

- 2.8. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a apresentação de proposta contendo oferta ou participação em quantos forem de seu interesse, dentre os itens.
- 2.9. Salvo exceções, o procedimento de publicação do Aviso de Dispensa, será precedido da coleta de no mínimo 3 (três) propostas para o fornecimento ou a prestação de serviços, por efetivos interessados no fornecimento ou na prestação dos serviços objeto do Aviso. As propostas colhidas de fornecimento ou prestação de serviços são referência para a contratação pretendida, e serão consideradas para efeito de adjudicação do objeto.

### **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA**

- 3.1. A participação na presente dispensa ocorrerá por meio do envio de proposta pelo e-mail, no endereço [arapualicitacao@hotmail.com](mailto:arapualicitacao@hotmail.com).
- 3.2. O procedimento será divulgado no portal municipal de publicações no endereço [www.arapua.mg.gov.br](http://www.arapua.mg.gov.br).
- 3.3. Este Aviso poderá ser acessado pelo site do município [www.arapua.mg.gov.br](http://www.arapua.mg.gov.br).
  - a) Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores;
  - b) Consórcio de empresas, independentemente de sua forma de constituição;
  - c) Empresas em processo de recuperação
  - d) judicial, falência ou sob concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto no caso de empresa em recuperação judicial que esteja amparada por certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste a sua capacidade econômica e financeira para participar de procedimentos licitatórios nos termos da Lei nº 14.133/2021.
  - e) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - f) Empresas temporariamente suspensa do direito de licitar e contratar com este Município;
  - g) Empresas enquadradas nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, sobretudo nos §§ 1º e 2º do artigo 9º e no artigo 14;
  - h) Empresas que tenham como proprietário ou sócio o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou sanguíneo, até segundo grau, ou por adoção, bem como empresas que tenham servidor municipal como proprietário ou sócio;
  - i) Empresas cujo objeto social seja incompatível ou não seja compatível com o objeto da licitação;
  - j) Sociedade estrangeira que não esteja autorizada a funcionar e contratar no País;
  - k) Demais hipóteses previstas pela legislação vigente;
  - l) Empresas que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - m) A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade do licitante, que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.
  - n) Cabe à Agente de Contratação verificar eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.
  - o) Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



## 4. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente pelo e-mail, no endereço arapualicitacao@hotmail.com, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 4.5. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.8. Independentemente do perço
- 4.9. ntual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 4.10. O valor do Imposto de Renda deverá ser informado na nota fiscal emitida no decorrer da execução da ata ou do contrato, conforme Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, regulamentada no Município de Arapuá/MG.
- 4.11. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR deverão informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 4.12. As contribuições de PIS, COFINS e CSLL não serão passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.
- 4.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, *Projeto Básico e Projeto Executivo em os havendo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.14. O cadastramento da proposta inicial por fornecedor importará também em suposto compromisso de Aceitação, por seu ingresso no sistema eletrônico, relativo às declarações:  
De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.15. De que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.16. De que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo- as como firmes e verdadeiras;
- 4.17. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.18. De que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.19. A proposta de fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa importará em declaração compromissada no sistema eletrônico de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.3. Neste caso, será encaminhada contra proposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do e-mail, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) contiver vícios insanáveis;
  - b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
  - f) Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - g) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - h) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



# Prefeitura Municipal de Arapua/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapua/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



- 5.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições não incidentes ou incabíveis no caso.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.  
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a todos a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo referente à **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. Em havendo denúncias ou indícios, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, poderá ser verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o/a Agente de Contratação poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, através do site <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta> ou outro que o substitua.
- 6.3. Constatada a existência de sanção, o/a Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.5. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.6. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.7. Os documentos exigidos neste Aviso deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação e aqueles que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas, ressalvadas as exceções previstas neste Aviso.
- 6.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de inabilitação.
- 6.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 6.12. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.15. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.16. Se atendidas as exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.17. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- 6.18. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.19. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Agente de Contratação.
- 6.20. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação da proposta, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, se não for exigido prazo menor pela ocasião e objeto*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação será o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 8.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- a) deixar de apresentar amostra;



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



- b) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - d) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, nos termos do item 13 deste Edital;
  - e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - f) fraudar a licitação
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 8.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar e
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 8.4. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.5. A multa será recolhida em percentual de 1% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 8.6. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 1% a 15% do valor do contrato licitado.
- 8.7. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 8.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 8.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Arapuá/MG, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade licitante.
- 8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, que deverá seguir o disposto no artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, e/ou na legislação local específica, se houver.
- 8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua





# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



- decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.  
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 8.16. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Arapuá/MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Arapuá/MG, sendo que poderá ser automaticamente descontada dos créditos que a empresa tiver junto ao Município.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de os interessados participantes restarem desclassificados ou inabilitados, a Administração poderá:
- valer-se, para a contratação, da melhor proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2. Na hipótese do subitem anterior, a contratação será operacionalizada no procedimento em pasta, e observada a habilitação e publicação do contrato.
- fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, se a dilação de prazos for admissível para a demanda no caso;
  - republicar o presente aviso com uma nova data.
- 9.3. As providências dos subitens deste tópico também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de novos interessados (sendo o procedimento eletrônico deserto).
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza por interessados no objeto, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado na respectiva notificação pelo agente investido pela Administração.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, salvo indicação de outra data.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas no Aviso ou no objeto que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As regras regentes deste Aviso de Dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia e também a finalidade e segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e não será a Administração, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública, em ocorrendo esta, será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para seus fins e efeitos, os Anexos:



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro  
CEP:38.860-000 - Arapuá/MG  
Tel.: 34 - 3856-1234



- a) ANEXO I – Termo de Referência
  - b) ANEXO II – Relação de documentos para Habilitação
  - c) ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada
- 9.14. Eventuais pendências ou dúvidas que se levantem das disposições ou a respeito do presente Aviso de Contratação Direta serão dirimidas pela Autoridade Solicitante e pelo Agente de Contratação, ouvida a Assessoria Jurídica a respeito da questão eventualmente em apreço.
- 9.15. As dúvidas dos interessados e quaisquer solicitações de esclarecimentos devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico arapualicitacao@hotmail.com

Arapuá-MG, 06 de dezembro 2024

**Gabriela Silva Oliveira**  
Equipe de apoio

**Márcio Wanderson De Castro Galvão**  
Equipe de apoio

## ANEXO I - TERMO DE

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE
12 /12/2024	Secretaria de Cultura e Turismo
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO</b>	
Tunísia Furtado de Oliveira	E-mail: sec.cultura@arapua.mg.gov.br

## OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da Contratação de empresa especializada em elaboração de anotação de responsabilidade técnica (ART), execução de



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



medidas preventivas contra incêndio e pânico e empenho de brigadistas profissionais durante o evento: “REVEILLON 2025”, no dia 31 de dezembro de 2024 a 01 de janeiro de 2025, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e conforme abaixo especificado:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO
01	01	5. ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PARA EVENTO DE RISCO BAIXO; 6. ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE ÁREA UTILIZADA, LAUDO TÉCNICO DO PALCO; 7. EXECUÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO; SENDO: SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA; SAÍDAS DE EMERGÊNCIA; EXTINTORES DE INCÊNDIO. 8. EMPENHO DE BRIGADISTAS PROFISSIONAIS NAS DATAS 31 DEZ 2024 A 01 JAN 2025.	Serviço	01	R\$ 5.852,00

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.



# Prefeitura Municipal de Arapuá/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapuá/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



**JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:** Trata-se de contratação de empresa especializada em elaboração de anotação de responsabilidade técnica (art), execução de medidas preventivas contra incêndio e pânico e empenho de brigadistas profissionais durante réveillon 2025, que acontecerá no dia 31 de dezembro de 2024.

O Réveillon é um evento universalmente celebrado e um dos mais esperados no calendário turístico. O município de Arapuá promove a festa de virada do ano, atraindo para a cidade turistas de diferentes regiões, contribuindo assim para o aumentando do fluxo de visitantes, consolidando a cidade como um destino turístico durante o período.

O turismo gerado pelo Réveillon beneficia diversos setores da economia local, como hotéis, restaurantes, bares, lojas e serviços de transporte. Além disso, atividades temporárias, como feiras e ambulantes, também encontram uma oportunidade de crescimento econômico, gerando renda para a comunidade local.

O evento da virada do ano, funciona como uma poderosa ferramenta de marketing para o município, onde o mesmo ganha visibilidade na mídia e nas redes sociais, atraindo atenção para as belezas naturais, a cultura e os atrativos turísticos da região. Isso pode gerar interesse contínuo ao longo do ano, além do evento em si.

O evento de Réveillon de Arapuá, se destaca todos os anos pela organização e qualidade, sendo hoje depois de décadas uma tradição que fideliza o público.

Portanto, investir no evento de fim de ano “Réveillon” é uma decisão estratégica para impulsionar o turismo, fortalecer a economia e posicionar o município como um destino relevante no cenário turístico regional.

## 4. DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A prestação de serviço acontecerá no dia 31/12/2024 a 01/01/2025, durante o “REVEILLON 2024”, de 18 hs de 31/12/2024 à 03hs de 01/01/2025.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos da contratação, além do disposto no Documento de Formalização de Demanda:

## 6. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:



# *Prefeitura Municipal de Arapuá/MG*

*Praça São João Batista, nº 111, Centro  
CEP:38.860-000 - Arapuá/MG  
Tel.: 34 - 3856-1234*



Considerando a necessidade dos serviços, a contratação descrita será destinada a prestar serviços profissional no Réveillon 2025 no Município de Arapuá.

## **6. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:**

A prestação de serviço deverá ser realizada no dia 31/12/2024 à 01/01/2025.

6.1. Busca-se com a contratação do objeto proporcionar mais segurança e apoio aos participantes durante ao evento.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**

7.1. O Contratante pagará a importância total de R\$5.852,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e dois reais). O pagamento do serviço será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, por Transferência Bancaria mediante os serviços prestados e apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

7.2. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.1 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

## **8 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento de 2024:



# *Prefeitura Municipal de Arapuá/MG*

*Praça São João Batista, nº 111, Centro  
CEP:38.860-000 - Arapuá/MG  
Tel.: 34 - 3856-1234*



## **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**

Dotação: **181** – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

### **9. DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato serão realizados pelo Secretário Municipal: Tunísia Furtado, através do acompanhamento ao evento.

### **10. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

10.1 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

11.2. Executar o objeto com qualidade.

11.3. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

11.4. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

11.5. Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.



# *Prefeitura Municipal de Arapuá/MG*

*Praça São João Batista, nº 111, Centro*

*CEP:38.860-000 - Arapuá/MG*

*Tel.: 34 - 3856-1234*



11.6. Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito

Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

11.7. Responsabilizar-se pela alimentação e hospedagem dos integrantes das bandas.

11.8. Arcar com o pagamento do ECAD.

Arapuá/MG, 12 de dezembro de 2024

---

Tunísia Furtado de Oliveira  
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

## **ANEXO II - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

### **1 - Referentes à Habilitação Jurídica**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual e cédula de identidade do proprietário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir.
- f) Cópia dos Documentos Pessoais dos sócios proprietários ou diretor no caso de sociedade.

### **2 - Referentes à Habilitação Fiscal, Trabalhista e Social**



# Prefeitura Municipal de Arapua/MG

Praça São João Batista, nº 111, Centro

CEP:38.860-000 - Arapua/MG

Tel.: 34 - 3856-1234



- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Estadual competente;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria Municipal competente;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 3 - Referentes à Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja data de expedição não anteceda em mais de 30 (trinta) dias a data da apresentação das propostas.
- b) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

### 4 - Declarações constantes no Anexo IV.

#### ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

(em papel timbrado da licitante)

Dispensa nº 051/2024

A empresa \_\_\_\_\_, com inscrição no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, credencia (nome da pessoa), portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_  
DECLARA que:

1 - (\_\_\_\_) Para fins do disposto no artigo 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/21, cumpre o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: (\_\_\_\_) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Obs.: em





# *Prefeitura Municipal de Arapuá/MG*

*Praça São João Batista, nº 111, Centro*

*CEP:38.860-000 - Arapuá/MG*

*Tel.: 34 - 3856-1234*



caso afirmativo, assinalar esta ressalva).

2 - (\_\_\_) Não possui funcionários realizando trabalhos degradantes ou forçados, em conformidade com os incisos III e IV do artigo 1º e o inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

- (\_\_\_) Nos termos do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/21, está ciente das condições estabelecidas no edital e seus anexos, e que a proposta abrange todos os custos necessários para cumprir os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, regulamentos, convenções coletivas de trabalho e termos de ajuste de conduta vigentes na data da entrega definitiva, além de atender plenamente aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3 - (\_\_\_) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, que não está impedida de contratar com a Administração Pública, que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no item 2.2 do Edital, na Lei Federal nº 14.133/21, bem como na Lei Orgânica do município de Arapuá/MG.

4 - (\_\_\_) É de sua inteira responsabilidade a autenticidade de todos os documentos apresentados ao Agente de Contratação e equipe de apoio, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

5 - (\_\_\_) Cumpre os requisitos de habilitação e que concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.

(Local, Data)

Assinatura do Representante

Legal/Identidade/CPF